



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 681575 - SP (2021/0228054-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
EMBARGANTE : ADRIANA LELIS DE PONTES
ADVOGADO : PEDRO BORGES DE MELO - SP162478
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ADRIANA LELIS DE PONTES à decisão que indeferiu liminarmente o habeas corpus, por se tratar de reiteração de pedido.

Alega que o referido julgado seria omissivo, pois embora o *writ* anterior tenha tratado da exasperação da reprimenda em razão da quantidade de drogas, o atual apresentou fato novo não examinado, qual seja, a ausência de análise de sua culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade.

Requer o acolhimento dos aclaratórios para que o defeito apontado seja sanado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a sanar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há nenhum vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

A decisão é clara ao consignar que a matéria aqui suscitada já foi analisada no HC n. 392.244/SP, oportunidade em que a dosimetria da pena cominada à embargante foi devidamente analisada por esta Corte Superior de Justiça, que consignou que, *"caso fosse verificado o alegado constrangimento na ocasião da análise superficial do writ, ter-se-ia autorizado o seu processamento, mas este não é o caso"*, acrescentando que *"a impetração parece, na verdade, fazer as vezes de uma segunda apelação criminal, pois pretende o reexame de temas que demandam ampla incursão probatória, inviável na via estreita do habeas corpus, carente de dilação probatória"* (fl. 49).

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (fl. 50).

Registre-se que *"não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução"* (EDcl nos EDcl no REsp n. 1.642.531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, veja-se o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e determino a remessa dos autos diretamente ao ministro relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência